

SIMULADO GRÁTIS:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO TOCANTINS

**TJTO
2022**

**TÉCNICO
JUDICIÁRIO -
APOIO
JUDICIÁRIO E
ADMINISTRATIVO**

**80 QUESTÕES ATUALIZADAS
PROPOSTA DE REDAÇÃO
GABARITO REVISADO**

**TEMPO:
05H**

**"O SUCESSO É A
SOMA DE
PEQUENOS
ESFORÇOS
REPETIDOS DIA
APÓS DIA"**



SimuladosBR.Net



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 03)

“Investigação é o ato ou efeito de investigar, busca, pesquisa. Ou seja, investigação criminal pode ser definida como a atividade preliminar de produzir e colher elementos de convicção acerca da materialidade, de autoria ou participação referente a um fato tido como criminoso”

Jus.com.br

01. O texto I pode ser classificado como:

- A argumentativo, já que defende uma ideia;
- B expositivo, já que mostra como se faz uma investigação;
- C narrativo, pois relata as etapas de um processo investigativo;
- D descritivo, já que define o termo “investigação”;
- E expositivo-argumentativo, visto que expõe fatos.

02. “Investigação é o ato ou efeito de investigar, busca, pesquisa”. Para que esse período inicial do texto I mostre construção uniforme e adequada, sua estruturação deveria ser:

- A Investigação é o ato ou efeito de investigar, buscar, pesquisar;
- B Investigação é o ato ou efeito de investigação, busca, pesquisa;
- C Investigação é o ato ou efeito de investigar, buscar e de pesquisa;
- D Investigar é o ato ou efeito de investigar, de busca e de pesquisa;
- E Investigação é o ato ou efeito de investigação, de busca e de pesquisa.

03. No texto I, a expressão ou seja serve para:

- A corrigir uma falha no segmento anterior;
- B ampliar informações sobre algo que foi dito antes;
- C repetir uma informação importante anterior;
- D definir termos anteriormente expressos;
- E alterar dados já fornecidos.

04. Escrever de forma ortograficamente correta é dever de todos aqueles que trabalham com a língua portuguesa; a forma abaixo que está graficamente correta é:

- A enfarto;
- B irriquieto;

- C rúbrica;
- D mantegueira;
- E ponteagudo.

05. A frase em que está correto o emprego de um dos parônimos mandado/mandato é:

- A O mandado de senador dura 8 anos;
- B Impetrou mandato de segurança com pedido de liminar;
- C Não tinha mandado de busca para entrar na casa;
- D Todos desejavam que seu mandado de diretor acabasse;
- E O mandato de apreensão não havia sido expedido.

06. Considere a alternativa que faz uso de oração conotativa:

- A Olho fotos antigas, de tempos em tempos.
- B Às vezes eu tentava beliscar seu pescoço.
- C Meu pai me ensinou que aprender não tem fim.
- D Seu humor, já seco, foi ficando, deliciosamente, mais cortante à medida que ele envelhecia.
- E Eu estava, no ensino médio, quando ele começou a ficar careca.

07. “Diz-se da melhor companhia: sua conversa é instrutiva, seu silêncio, formativo.” Sobre os sinais gráficos e de pontuação dessa frase, a única afirmativa INADEQUADA é:

- A as aspas indicam transcrição de um texto alheio;
- B os dois pontos antecipam uma explicação;
- C a primeira vírgula separa duas orações;
- D a segunda vírgula indica a omissão de um verbo;
- E o ponto final mostra a interrupção de um pensamento.

Texto II (Questões 08 a 10)

Vida ao natural

Pois no Rio tinha um lugar com uma lareira. E quando ela percebeu que, além do frio, chovia nas árvores, não pôde acreditar que tanto lhe fosse dado. O acordo do mundo com aquilo que ela nem sequer sabia que precisava como numa fome. Chovia, chovia. O fogo aceso pisca para ela e para o homem. Ele, o homem, se ocupa do que ela nem sequer lhe agradece; ele atíça o fogo na lareira, o que não lhe é senão dever de nascimento. E ela – que é sempre inquieta, fazedora de coisas e experimentadora de curiosidades – pois ela nem lembra sequer de atíçar o fogo; não é seu papel, pois se tem o seu homem para isso. Não sendo donzela, que o homem então cumpra a sua missão. O mais que ela faz é à s vezes instigá-lo: “aquela acha*”, diz-lhe, “aquela

ainda não pegou". E ele, um instante antes que ela acabe a frase que o esclareceria, ele por ele mesmo já notara a acha, homem seu que é, e já está atizando a acha. Não a comando seu, que é a mulher de um homem e que perderia seu estado se lhe desse ordem. A outra mão dele, a livre, está ao alcance dela. Ela sabe, e não a toma. Quer a mão dele, sabe que quer, e não a toma. Tem exatamente o que precisa: pode ter.

Ah, e dizer que isto vai acabar, que por si mesmo não pode durar. Não, ela não está se referindo ao fogo, refere-se ao que sente. O que sente nunca dura, o que sente sempre acaba, e pode nunca mais voltar. Encarna-se então sobre o momento, come-lhe o fogo, e o fogo doce arde, arde, flameja. Então, ela que sabe que tudo vai acabar, pega a mão livre do homem, e ao prendê-la nas suas, ela doce arde, arde, flameja.

Clarice Lispector

* pequeno pedaço de madeira usado para lenha

08. Encarna-se então sobre o momento, come-lhe o fogo, e o fogo doce arde, arde, flameja. Então, ela que sabe que tudo vai acabar, pega a mão livre do homem, e ao prendê-la nas suas, ela doce arde, arde, flameja. A passagem final do texto permite concluir que

- A o casal rompeu, conscientes de que estavam de que tudo lhes era transitório.
- B o homem vivia um sentimento diferente daquele da mulher, pois queria ser livre.
- C a mulher decidiu desfrutar a situação romântica que o momento lhe propiciava.
- D o homem perdeu a mulher amada que foi consumida pelo fogo da lareira.
- E a mulher decidiu entregar-se com suavidade ao momento ao lado do homem.

09. No conto, o narrador explora a ideia de

- A desalento dos apaixonados.
- B fugacidade do sentimento.
- C desapego da vida ao natural.
- D inversão de papéis de gênero.
- E questionamento da liberdade.

10. Identifica-se termo empregado em sentido figurado no trecho:

- A O fogo aceso pisca para ela e para o homem.
- B ... ele atiza o fogo na lareira...
- C Pois no Rio tinha um lugar com uma lareira.
- D ... ele por ele mesmo já notara a acha...
- E Quer a mão dele, sabe que quer, e não a toma.

Legislação Específica

11. São penalidades disciplinares aplicadas em desfavor do servidor público, de acordo com a Lei nº 1.818/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, exceto:

- A destituição da função comissionada.
- B cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- C destituição de cargo de provimento em comissão.
- D advertência.
- E remoção do servidor público.

12. O concurso público é uma forma de ingresso do cidadão no serviço público, que passará a ocupar um cargo público. Sobre cargo público, de acordo com a Lei nº 1.818/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, podemos afirmar que:

- A cargo público é a unidade estrutural instituída na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e subsídio correspondente, para ser provido e exercido por servidor, na forma estabelecida em lei.
- B os cargos públicos são providos em caráter efetivo e/ou em comissão. São de provimento efetivo aqueles de recrutamento amplo, cujos titulares sejam selecionados, exclusivamente, mediante análise curricular e de títulos; são de provimento em comissão aqueles de livre nomeação e exoneração por ato do Secretário de Estado.
- C o cargo público é a relação subordinativa e vinculante que se estabelece entre os servidores públicos e o Estado, e que visa a operacionalizar os resultados relativos aos interesses e às demandas da sociedade.
- D os cargos públicos são providos em caráter efetivo e/ou em comissão. São de provimento efetivo aqueles de recrutamento amplo, cujos titulares sejam selecionados, exclusivamente, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos; são de provimento em comissão aqueles de livre nomeação e exoneração por ato do Secretário de Estado.
- E Os cargos públicos são providos em caráter unicamente efetivo.

13. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado Tocantins, constitui para o servidor um(a):

- A direito.
- B responsabilidade.
- C colaboração.
- D dever.
- E punição.

14. Segundo o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins, a jornada de trabalho diária dos servidores, pela regra geral, observa os seguintes limites mínimo e máximo, respectivamente:

- A seis e oito horas.
- B oito e doze horas.
- C quatro e oito horas.
- D cinco e dez horas.
- E três e sete horas.

15. Conforme a Constituição do Estado do Tocantins, são órgãos do Poder Judiciário, exceto:

- A Tribunal de Justiça
- B Juizado de Exceção
- C Juízes Substitutos
- D Justiça de Paz
- E Juizados Especiais

Noções de Administração

16. O controle de qualidade do processo incorpora o conceito denominado ciclo PDCA. As fases do controle de qualidade que correspondem a esse ciclo são:

- A planejar, executar, verificar e atuar corretivamente.
- B planejar, programar, executar e verificar
- C planejar, gerenciar, verificar e atuar corretivamente.
- D gerenciar, planejar, executar e atuar corretivamente.
- E programar, planejar, gerenciar e verificar.

17. Dentre os pontos críticos da gestão de materiais está a administração do estoque. O estoque de uma empresa pode ser sinônimo de prejuízo. Assinale a alternativa INCORRETA, quando se objetiva otimizar a utilização do estoque:

- A Descartar, imediatamente, itens que não são aproveitáveis no processo produtivo.
- B Adotar medidas visando à redução máxima do estoque.
- C Não realizar compras especulativas, embasadas em informações que carecem de respaldo.
- D Negociar com fornecedores objetivando a entrega de insumos com vistas a redução do prazo de estocagem.
- E Analisar os materiais, identificando aqueles que podem ser substituídos por modelos que possam ser utilizados em diversas áreas da organização.

18. O desafio da gestão da qualidade total é garantir a satisfação de clientes, colaboradores, acionistas, sociedade e fornecedores, sem prejuízo de um para

benefício de outro. Com relação a esse tema, assinale a alternativa que está relacionada à necessidade do cliente.

- A Segurança no trabalho.
- B Menor impacto ambiental.
- C Fornecimento a longo prazo.
- D Menores custos operacionais.
- E Prazo de entrega.

19. As organizações estão repletas de pessoas que prejudicam os colegas com suas atitudes inadequadas no ambiente do trabalho. Considere as situações abaixo.

- I - A pessoa age de má-fé para atingir seus objetivos.
- II - A pessoa cria transtornos para outros, visando ao seu crescimento de carreira na organização.
- III - A pessoa respeita as regras da boa convivência social e das relações humanas.

Quais são condutas corretas nas organizações?

- A Apenas I.
- B Apenas III.
- C Apenas I e II.
- D Apenas I e III.
- E I, II e III.

20. O dever da Administração de dar transparência aos seus atos denomina-se:

- A legalidade
- B motivação
- C publicidade
- D eficiência
- E moralidade

21. Sobre as funções administrativas, a primeira das funções que compõem o processo organizacional é DENOMINADA:

- A Planejamento.
- B Direção.
- C Controle.
- D Execução.
- E Organização.

22. Os critérios que definem a maneira como os integrantes de uma organização devem interagir entre si e com o mundo externo são estabelecidos pela cultura:

- A social;
- B acadêmica;
- C organizacional;
- D psicológica;
- E ética.

23. A curva ABC também é conhecida como curva 80-20. Essa denominação se deve ao fato de que, na curva ABC,

- A geralmente, 80% dos pedidos são destinados a apenas 20% dos centros de custos.
- B esporadicamente, 20% dos itens correspondem a 80% do esforço gerencial de controle.
- C quase sempre, 80% dos itens carregam 20% de chance de apresentarem algum problema no processo de estocagem.
- D muitas vezes, 80% dos itens respondem por 20% dos custos totais dos estoques.
- E muitas vezes, 20% dos itens são responsáveis por aproximadamente 80% do valor de uso dos estoques.

Noções de Direito Constitucional

24. Considere que Maurício é empregado sindicalizado da Empresa ABC e foi eleito como suplente para o cargo de representação sindical. De acordo com o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Maurício

- A apenas pôde se candidatar, pois já estava sindicalizado há pelo menos cinco anos.
- B somente teria estabilidade caso tivesse sido eleito para o cargo de direção do sindicato.
- C não pode ser dispensado até dois anos após o final do mandato.
- D possui estabilidade no cargo, adquirida no momento em que foi eleito.
- E não pode ser dispensado até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave.

25. A CF exige que determinados cargos eletivos sejam ocupados por brasileiro nato. Nesse contexto, um brasileiro naturalizado ou português equiparado poderá

- A candidatar-se a presidente ou vice-presidente da República, desde que um desses cargos seja ocupado por brasileiro nato.
- B candidatar-se a vice-presidente da República, desde que o candidato a presidente seja brasileiro nato.
- C candidatar-se a vice-governador, desde que o candidato a governador seja brasileiro nato.
- D concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidência nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- E concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

26. De acordo com a Constituição Federal em seu Art. 17 diz que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Assinale a alternativa INCORRETA:

- A Caráter nacional.
- B Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes.
- C Assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.
- D Prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- E Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

27. Entre as pessoas jurídicas de direito público que compõem o Estado brasileiro, a República Federativa do Brasil é a única titular de

- A legislação própria.
- B autonomia.
- C auto-organização.
- D autogoverno.
- E soberania.

28. De acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988, são bens da União:

- A Os recursos minerais, exceto os do subsolo.
- B As cavidades naturais subterrâneas, mas não os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- C Os potenciais de energia hidráulica e eólica.
- D As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- E Os terrenos de marinha, excetuados seus acréscidos.

29. Ainda considerando a redação contida no artigo 37 da Constituição Federal da República, é correto afirmar que

- A a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração do serviço público é autorizada, em atenção ao princípio da igualdade.
- B a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica.
- C o prazo de validade do concurso público será de até 2 anos, vedada a possibilidade de prorrogação.
- D os vencimentos dos cargos do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em decorrência da autonomia e separação dos poderes.
- E os acréscimos pecuniários recebidos por servidor público poderão ser computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

30. Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- A A expressão da atividade intelectual, artística e científica depende de autorização.
- B A imagem das pessoas não está resguardada pela cláusula de inviolabilidade.
- C A reunião pacífica, em locais abertos ao público, depende de autorização.
- D Os autores de inventos industriais têm privilégio vitalício para sua utilização.
- E Os autores têm direito exclusivo de utilização de suas obras, transmissível aos herdeiros.

31. A quem compete processar e julgar a extradição solicitada por Estado estrangeiro:

- A Ao Superior Tribunal Militar
- B Ao Superior Tribunal de Justiça
- C Ao Supremo Tribunal Federal
- D Ao Conselho Nacional de Justiça
- E À Justiça Federal

32. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi criado no âmbito da Reforma do Judiciário em 2004. Com relação ao CNJ, é correto afirmar que

- A seus membros serão processados e julgados pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade.
- B é órgão do Poder Executivo, integrando as funções essenciais à Justiça.
- C não possui ministro do Supremo Tribunal Federal em sua composição.
- D compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente as ações contra o Conselho Nacional de Justiça.
- E é composto por quinze membros com mandato de dois anos, não sendo permitida recondução.

33. São funções essenciais à Justiça, previstas na Constituição Federal:

- A Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública.
- B Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública e Polícia Judiciária.
- C Magistratura, Ministério Público, Advocacia e Defensoria Pública.
- D Magistratura, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública.
- E Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Polícia Judiciária.

Noções de Direito Administrativo

34. O agente público, quando praticar ato ilícito, no exercício de suas funções, do qual decorra dano para o particular,

- A não poderá ser responsabilizado, restrita a responsabilização, segundo a teoria da imputação, à entidade administrativa.
- B será subjetiva, civil e somente regressivamente responsável, admitindo-se o desconto em folha precedido de contraditório e ampla defesa.
- C será objetiva e civilmente responsável.
- D será subjetiva, civil e diretamente responsável.
- E será alvo de processo administrativo disciplinar do qual poderá resultar indenização em favor da Administração, admitindo-se o desconto em folha.

35. Considerando-se a Lei nº 10.520/2002 - Lei do Pregão, marcar C para o que deve ser observado na fase preparatória do pregão, E para o que não deve e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame.
- () A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, com especificações que limitem a competição.
- () A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, cuja atribuição não inclui o recebimento das propostas e dos lances.

- A C - E - C.
- B E - C - C
- C E - C - E.
- D C - E - E.
- E E - E - E.

36. Conforme a Lei n.º 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito,

- A negar publicidade aos atos oficiais.
- B frustrar a licitude de concurso público.
- C retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- D utilizar, em serviço particular, o trabalho de servidores públicos.
- E deixar de prestar contas quando for obrigado a fazê-lo.

37. Na administração pública federal, a administração direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da

- A Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- B Presidência da República e dos ministérios, apenas.
- C Presidência da República, dos ministérios e das autarquias, apenas.
- D Presidência da República, dos ministérios, das autarquias e das fundações públicas, apenas.
- E Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas, apenas.

38. O processo de desconcentração na Administração Pública é entendido como um procedimento de repartição de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica. Acerca do processo de desconcentração, assinale a afirmativa correta.

- A Ocorre quando uma ONG presta serviço para um Tribunal.
- B Ocorre quando um estado cria empresas públicas.
- C Ocorre quando a União cria uma sociedade de economia mista.
- D Ocorre quando um município cria novas secretarias.
- E Ocorre quando o governo delega atividades para uma concessionária.

39. O juízo de conveniência e oportunidade pelo administrador público decorre do exercício do poder

- A regulamentar.
- B de polícia.
- C discricionário.
- D disciplinar.
- E normativo.

40. Acerca dos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A A presunção de veracidade se aplica aos atos privados da Administração Pública.
- B A imperatividade constitui na prerrogativa de a Administração Pública executar, diretamente, os seus atos, independentemente da manifestação do Poder Judiciário.
- C A presunção de veracidade não implica na inversão do ônus da prova, pois o cidadão tem o direito de exigir sempre que a autoridade pública comprove que está agindo de acordo com o princípio da legalidade.
- D Prevalece na doutrina o entendimento de que a autoexecutoriedade prescinde prévia autorização

legislativa ou a caracterização de situação emergencial.
E A autoexecutoriedade autoriza a Administração a, em determinados casos, utilizar de forma moderada a força para viabilizar a execução do interesse público.

41. O controle judicial da Administração Pública

- A pode examinar atos da Administração Pública de qualquer natureza, sempre sob aspectos de legalidade e mérito.
- B pode ser realizado por iniciativa própria do Poder Judiciário ou mediante provocação dos administrados por meio de recurso administrativo.
- C visa à revogação de atos administrativos produzidos com vício de legalidade ou à invalidação de atos administrativos por questões de conveniência e oportunidade.
- D tem por finalidade principal controlar o mérito do ato administrativo discricionário.
- E pode examinar os atos da Administração Pública, vinculados ou discricionários, mas sempre sob o aspecto da legalidade.

42. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, os princípios que devem ser obedecidos pela Administração Pública direta e indireta.

- A Eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.
- B Eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e urbanidade.
- C Eficiência, inviolabilidade, legalidade, moralidade e publicidade.
- D Eficiência, inviolabilidade, legalidade, moralidade e urbanidade.
- E Excelência, inviolabilidade, legalidade, moralidade e urbanidade.

43. Quanto ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A O Judiciário poderá examinar os atos discricionários da Administração Pública, mas sempre sob o aspecto da legalidade.
- B Segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), os atos administrativos dos servidores da administração pública indireta não são passíveis de controle jurisdicional.
- C Com base em critérios de conveniência e oportunidade, o Poder Judiciário pode anular atos administrativos praticados por autoridades do Poder Executivo.
- D A coisa julgada administrativa impede a revisão judicial do ato administrativo e da decisão proferida em sede administrativa.

E Os atos discricionários da Administração Pública não se sujeitam, em nenhuma hipótese, à apreciação judicial.

Noções de Direito Civil

44. Considerando o Código Civil e a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- A Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- B A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- C O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, salvo quando não haja intenção difamatória.
- D Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
- E Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.

45. A Lei X entrou em vigor na data de sua publicação, por força de dispositivo legal expresso nesse sentido. Quarenta e cinco dias após, nova lei (Lei Y), sem dispor sobre sua vigência, alterou determinado artigo da Lei X. O dispositivo com a alteração passa a vigorar:

- A na data da publicação da Lei Y;
- B quarenta e cinco dias após a publicação da Lei Y;
- C trinta dias após a publicação da Lei X;
- D noventa dias após a publicação da Lei Y;
- E cinco dias após a publicação da Lei X.

46. Nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com

- A os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade.
- B a equidade.
- C os princípios normativos da Constituição
- D a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- E os critérios do livre convencimento motivado.

47. Tem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. O domicílio do

- A marítimo é o local em que o navio estiver ancorado.

- B militar da aeronáutica é o local onde a aeronave estiver matriculada.
- C incapaz é o de seu representante ou assistente.
- D servidor público é o local em que tiver fixado residência com ânimo definitivo.
- E preso é o local em que residia antes de ser detido.

48. De acordo com o Código Civil, a incapacidade das pessoas menores de dezoito anos

- A cessará pela morte de ambos os pais.
- B é sempre absoluta.
- C é sempre relativa.
- D cessará pela colação de grau em curso superior.
- E cessará pela concessão dos pais, mediante instrumento particular.

49. Sobre a validade do negócio jurídico, segundo a legislação civil brasileiro, pode-se afirmar CORRETAMENTE que:

- A é nulo o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.
- B é anulável o negócio jurídico simulado.
- C é nulo o negócio jurídico derivado de coação.
- D é anulável o negócio jurídico que não revestir a forma prescrita em lei.
- E é nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para sua validade.

50. A respeito da prescrição é correto afirmar:

- A A prescrição iniciada contra uma pessoa cessa com sua morte e não continua a correr contra o seu sucessor.
- B A interrupção da prescrição ocorrerá tantas vezes quantas forem as causas interruptivas incidentais.
- C Os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo das partes.
- D A interrupção da prescrição produzida contra o devedor principal prejudica o fiador.
- E A prescrição ocorrerá em 20 anos quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

51. Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta a respeito da disciplina das fundações no Código Civil.

- A As fundações são criadas por instrumento particular ou testamento, mediante dotação especial de bens livres.
- B Para alterar o estatuto de uma fundação, o código civil estabelece a necessidade de quórum de três quintos dos competentes para geri-la e representá-la.
- C Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde estiverem situadas.

D A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, políticos, culturais ou de assistência.
E Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor pode desistir de transferir-lhe a propriedade.

Noções de Direito Processual Civil

52. Assinale a opção correspondente ao princípio processual por meio do qual é vedado ao Estado-juiz dar início a um processo judicial ex officio.

- A princípio da isonomia
- B princípio de inércia da jurisdição
- C princípio do contraditório
- D princípio da ampla defesa
- E princípio do juiz natural

53. Segundo as normas fundamentais do processo civil,

- A não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo vedada a arbitragem.
- B a solução consensual dos conflitos se insere no âmbito da liberdade individual, não cabendo ao Estado promovê-la.
- C não se proferirá, em nenhuma hipótese, decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- D o juiz não pode decidir com base em fundamento sobre o qual não tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, mesmo quanto a matéria que possa conhecer de ofício.
- E os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

54. De acordo com o Código Processo Civil vigente, é correto afirmar sobre a competência:

- A Os efeitos de decisão judicial proferida por juízo incompetente serão imediatamente anulados, salvo decisão em contrário.
- B Se houver conexão entre ações, distribuídas a diferentes juízos, torna-se prevendo aquele que primeiro expedir mandado de citação ao réu.
- C As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- D O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição, nas ações que versarem sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.

E A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função poderá ser modificada por convenção das partes.

55. Não estará impedido para oficial no feito o magistrado que:

- A estiver promovendo ação contra o advogado da parte
- B tiver oficiado como perito no caso
- C observar que figura como parte instituição de ensino com a qual tem relação de emprego
- D possuir parente consanguíneo colateral de quarto grau parte no processo
- E tiver postulado anteriormente como defensor público de uma das partes

56. Leia a declaração abaixo e assinale a alternativa que complementa, incorretamente, a ação do juiz. O juiz declara aberta a audiência de instrução e manda apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar, exercendo o poder de polícia, incumbindo-lhe:

- A registrar, em ata, a sua maneira, todos os requerimentos apresentados em audiência;
- B manter a ordem e o decoro na audiência;
- C ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente;
- D requisitar, quando necessário, força policial;
- E tratar, com urbanidade, as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como qualquer pessoa que participe do processo.

57. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide. Nesse caso, trata-se do instituto denominado:

- A Litisconsórcio facultativo simples.
- B Litisconsórcio facultativo unitário.
- C Litisconsórcio necessário simples.
- D Contingência.
- E Conexão.

58. Dentre os recursos previstos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que os embargos de declaração

- A serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, mediante preparo no valor de um por cento sobre o valor da causa.
- B consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, desde que os embargos de declaração sejam admitidos

e o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

C quando manifestamente protelatórios, sujeitam o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa, desde que previsto em decisão fundamentada do juiz ou do tribunal.

D possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

E podem ser opostos contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, considerando-se obscura a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos aplicável ao caso sob julgamento.

59. De acordo com a Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, são considerados tempestivos os atos processuais

A desprovidos de assinatura eletrônica.

B adulterados durante a fase de digitalização.

C remetidos a outro juízo ou instância superior.

D praticados dentro do prazo estabelecido.

E publicados no Diário da Justiça eletrônico.

Noções de Direito Penal

60. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta acerca do tempo e lugar do crime:

A Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, bem como quando se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

B Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, ainda que outro seja o local do resultado.

C Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

D Considera-se praticado o crime no lugar da ação ou, em caso de omissão, apenas no local do resultado.

E Para fins penais, o tempo e o lugar do crime são idênticos.

61. A respeito da contagem de prazo no Código Penal, é correto afirmar que

A o ano penal é composto de apenas trezentos e sessenta dias.

B o dia do começo inclui-se no cômputo do prazo.

C os dias, os meses e os anos não são contados pelo calendário comum.

D o dia do fim não se inclui no cômputo do prazo.

E os sábados e domingos são desprezados no cômputo do prazo.

62. De acordo com o que estabelece o Código Penal,

A não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito.

B entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.

C é possível a invocação do estado de necessidade mesmo para aquele que tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

D é plenamente possível a compensação de culpas quando ambos os agentes agiram com imprudência, negligência ou imperícia na prática do ilícito.

E considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.

63. A respeito da imputabilidade penal, é correto afirmar que tal instituto

A figura como um dos elementos da culpabilidade.

B cuida da capacidade física do agente de praticar o ilícito.

C figura como um dos requisitos da punibilidade.

D não exclui da aplicação da lei penal fato praticado durante a embriaguez involuntária completa, proveniente de caso fortuito ou força maior.

E não exclui a menoridade (criança e adolescente) da aplicação da lei penal.

64. Assinale a alternativa que NÃO configura o crime de furto qualificado:

A cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

B praticado com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

C realizado com o emprego de chave falsa.

D praticado mediante concurso de duas ou mais pessoas.

E realizado contra vítima que está em serviço de transporte de valores.

65. Conforme se infere do Código Penal, o funcionário público que modifica programa de informática sem autorização da autoridade competente:

A Pratica crime contra a Administração em geral.

B Pratica crime contra a Administração da justiça.

C Pratica crime contra as Finanças públicas.

D Pratica crime contra a Fé pública.

E Não pratica nenhum crime.

66. No que se refere ao crime de corrupção passiva, assinale a alternativa correta.

- A O crime de corrupção passiva se consuma somente quando o agente, efetivamente, solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida.
- B A culpa é o elemento subjetivo exigido pelo tipo penal que prevê o delito de corrupção passiva.
- C O crime não pode ser praticado via omissão imprópria.
- D Somente o funcionário público pode ser sujeito ativo do delito de corrupção passiva.
- E O crime não admite causas de aumento de pena.

67. Constitui delito de abuso de autoridade cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar:

- A fora do período de luminosidade solar;
- B após as 18h ou antes das 6h;
- C após as 20h ou antes das 8h;
- D após as 21h ou antes das 5h;
- E fora do horário de expediente forense.

68. São considerados crimes hediondos

- A estupro e epidemia com resultado morte.
- B sequestro e cárcere privado.
- C roubo e estupro de vulnerável.
- D extorsão qualificada pela morte e ameaça.
- E homicídio simples e corrupção ativa.

69. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, EXCETO:

- A A compreensão da política de direito.
- B A efetivação dos direitos referentes à vida.
- C A profissionalização.
- D O respeito.
- E A liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Noções de Direito Processual Penal

70. O inquérito policial não pode ser instaurado

- A de ofício, quando se tratar de ação penal pública incondicionada.
- B de ofício, quando se tratar de ação penal pública condicionada.
- C por requisição da autoridade competente.
- D pela lavratura do auto de prisão em flagrante.
- E por provocação do ofendido, nas ações penais privadas.

71. Considerando a hipótese de Naldo e Zeca terem sido indiciados pela prática de crime de ação penal privada contra Bernardo, assinale a opção correta.

- A Bernardo pode escolher propor a queixa-crime contra apenas um dos indiciados.
- B O Ministério Público não é titular da ação penal, razão pela qual não tem acesso à queixa-crime.
- C Caso Bernardo venha a falecer de causas naturais no decorrer do processo, a ação penal não poderá ser proposta por outra pessoa e será extinta.
- D Caso Bernardo opte por perdoar apenas um dos querelados, o perdão se estenderá ao corréu.
- E Para a propositura da queixa-crime, é dispensável a outorga de procuração por Bernardo ao advogado.

72. Iago, advogado, foi denunciado pelo crime de estupro. Por não ter comparecido em juízo, foi considerado revel, tendo o juiz nomeado seu defensor. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A nomeação de defensor dativo para Iago é facultativa para a continuidade do processo.
- B O juiz pode ter nomeado seu sobrinho como defensor de Iago, sem que isso configure hipótese de suspeição ou impedimento.
- C O juiz pode arbitrar honorários advocatícios em favor do defensor dativo, caso Iago tenha condições de pagar.
- D O defensor nomeado pelo juiz pode recusar a causa, por não ser obrigado a advogar gratuitamente.
- E Iago não poderia ser responsável por sua defesa técnica no processo, por estar pessoalmente envolvido na causa.

73. Com relação ao assistente do Ministério Público, é correto afirmar que

- A é facultativa a manifestação prévia do Ministério Público sobre sua admissão.
- B ele pode habilitar-se na ação penal pública e na ação privada.
- C ele pode ser admitido desde a fase do inquérito policial até a execução penal.
- D ele pode ser o ofendido, seu representante legal ou o corréu do mesmo processo.
- E do despacho que admiti-lo ou negá-lo não caberá recurso.

74. Em relação à sentença proferida no plenário do tribunal do júri, é correto afirmar que

- A será lida em plenário, pelo presidente, após o encerramento da sessão de julgamento.
- B o juiz pode considerar causa de diminuição de pena, independentemente da admissão pelo júri.

- C não é possível a imposição de medida de segurança, em caso de absolvição.
- D o juiz deve considerar circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.
- E o processo será encaminhado ao juízo competente, em caso de desclassificação.

75. São características do Tribunal do Júri previstas pela Constituição da República todas as alternativas abaixo, EXCETO:

- A a competência para julgamento de todos os crimes contra a pessoa.
- B o sigilo das votações.
- C a soberania dos veredictos.
- D a plenitude de defesa.
- E a ampla defesa e o contraditório efetivos.

76. Durante os debates orais no Tribunal do Júri:

- A se houver mais de um acusador, caberá ao juiz disciplinar a divisão do tempo, independentemente da combinação entre eles;
- B havendo mais de um acusado, o tempo para acusação não sofrerá acréscimo algum;
- C se houver mais de um defensor, caberá ao juiz disciplinar a divisão do tempo, independentemente da combinação entre eles;
- D o assistente de acusação também deve ser consultado se deseja ou não fazer uso da réplica;
- E os apartes deverão ser coibidos pelo Juiz Presidente, já que não regulamentados por lei

77. A respeito de prisão e liberdade provisória, assinale a opção correta.

- A A concessão de liberdade provisória impede a decretação de prisão preventiva durante a tramitação da ação penal.
- B A pessoa autuada em flagrante delito responde presa ao inquérito policial e à ação penal.
- C A pessoa presa por praticar crime grave ou hediondo não pode ser solta mediante liberdade provisória.
- D A pessoa que presencia a ocorrência de um crime é obrigada a prender o agressor em flagrante.
- E Em 24 horas, o preso deve receber a nota de culpa, com o motivo da prisão, o nome do condutor e das testemunhas.

78. Sobre o rito especial dos processos sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o que prescreve o direito processual penal brasileiro?

A Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, competirá o processo e julgamento aos juízes leigos até o recebimento da denúncia.

B Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado advogado público filiado à procuradoria respectiva ao ente federativo, a quem caberá apresentar o pedido de suspensão dos autos até a devida citação.

C A resposta não poderá ser instruída com documentos e justificações, mas tão somente com a indicação de eventuais testemunhas abonatórias.

D Na instrução criminal dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos e nos demais termos desse tipo de processo, observar-se-á o disposto nos capítulos do Código de Processo Penal relativos após processos de rito comum.

E O Juízo não poderá rejeitar a denúncia antes que se efetive a fase instrutória do processo penal com o interrogatório do réu.

79. Segundo o art. 25 do Código de Processo Penal, “a representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia”. Com isso, o legislador quis afirmar que

A a Autoridade Policial não poderá representar pela decretação da prisão preventiva.

B pedida a instauração de inquérito por parte da vítima, não poderá mais ser oferecida a representação.

C após o Ministério Público oferecer a denúncia, a vítima não poderá desautorizar o Ministério Público a proceder com a ação penal.

D a denúncia não poderá ser aditada.

E a vítima não poderá ser representada pelo ascendente, descendente, cônjuge ou irmão após o oferecimento da denúncia.

80. Segundo determina o Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá

A dirigir-se ao local dos fatos, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada da imprensa.

B realizar exame criminológico no indiciado, no caso de indícios de crime contra a dignidade sexual.

C presidir a audiência de suspensão condicional do processo, apresentando o preso em até 24 horas à autoridade judicial responsável.

D apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

E propor ao indiciado acordo de delação premiada e, caso aceite, determinar o arquivamento do inquérito policial.

PROVA DISCURSIVA

- A Prova Discursiva valerá 30 (trinta) pontos.
- A Prova Discursiva deverá ser manuscrita de forma legível, sendo obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta azul ou preta (preferencialmente)**, fabricada em material transparente, e a resposta definitiva deverá ser, obrigatoriamente, transcrita para a **Folha de Textos Definitivos**.
- Será atribuída **nota zero** à Redação que: **a)** for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; **b)** estiver em branco; e/ou **c)** apresentar letra ilegível.
- Na avaliação da Redação, será considerado o **grau de conhecimento** do tema demonstrado pelo candidato, bem como a **fluência** e a **coerência** da exposição.

Leia, com atenção, o texto a seguir:

O mercado de trabalho é desafiador e cobra, cada vez mais, uma maior produtividade e desempenho dos colaboradores em busca de resultados sempre positivos. Afinal, a competitividade é acirrada e ninguém está disposto a perder o emprego, principalmente em época de retração econômica.

Dessa forma, por mais que você acredite que ser produtivo além do seu limite seja um ponto positivo, a sociedade da performance sempre irá te cobrar mais e mais até você chegar ao esgotamento físico e mental. Cabe somente a você decidir se quer fazer parte desse ciclo vicioso.

Não estamos falando que ser produtivo além do limite no trabalho seja algo ruim que deve ser evitado a todo custo. O problema é a constância que sua produtividade chega ao limite extremo, o que pode acabar comprometendo sua saúde no dia a dia no trabalho e em um curto período de tempo.

Se a cobrança por uma alta performance no trabalho for a todo momento, em pouco tempo, você pode chegar ao estresse ocasionado pela pressão por resultados cada vez mais melhores. A cobrança para se ter sempre mais produtividade é até saudável, em certo ponto, mas não deve levar o colaborador à exaustão física e mental, diariamente.

A sociedade da performance está cada vez mais presente na vida de milhares de colaboradores que, por receio de perder o emprego, acabam cedendo aos seus anseios e extrapolam o limite da produtividade. O que muitos se esquecem é que sem uma boa qualidade de vida, é humanamente impossível ser mais produtivo no trabalho.

Sem mencionar o fato de que o seu convívio familiar pode ficar prejudicado se você estiver esgotado emocionalmente por causa de cobrança excessiva por mais produtividade no trabalho. Ter qualidade de vida é fundamental, em vários aspectos e não somente para se ter mais desempenho no âmbito profissional. Pense nisso!

Dessa forma, estabeleça uma rotina de trabalho mais saudável e equilibrada, com horas suficientes de descanso. Somente dessa forma, você será produtivo o suficiente para jamais precisar exceder o seu limite.

Produtividade além do limite é um bom negócio? Disponível em: <https://www.metlife.com.br>

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema: **Romantização da produtividade excessiva.**

Rascunho

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

Gostou do Simulado Grátis?

**Nossa Equipe Espera que Tenha
Ajudado em Sua Preparação!**

**Caso Queira nos Ajudar a Continuar
Elaborando Simulados Preparatórios,
Faço-nos um Pix de Qualquer Valor
Utilizando o QRCODE abaixo:**



SIMULADOSBR

Estamos Torcendo por Você ;)

Gabarito**Simulado Grátis – Tribunal de Justiça do Tocantins****NÍVEL MÉDIO**

Técnico Judiciário Especialidade Apoio Judiciário e Administrativo																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	A	C	D	E	C	B	A	E	A	D	A	B	A	A	E	B	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	E	E	E	C	E	D	B	E	C	A	A	B	D	D	B	D	C	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
E	A	A	D	B	D	C	D	E	D	C	B	D	C	D	A	A	C	D	C
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	A	A	E	A	D	D	A	A	B	D	C	E	D	A	D	E	D	C	D

Modelo de Redação

“Construímos muitos muros e poucas pontes”. Essa afirmação do cientista inglês Isaac Newton pode ser facilmente aplicada ao comportamento da sociedade diante da romantização da produtividade excessiva, já que esse descaso é marcado por concentrar a construção de barreiras sociais e a escassez de medidas para a sua erradicação. Todo o processo é originado da negligência social. Levando em consideração fatores como a Revolução Industrial, além do desgaste mental.

Diante desse cenário, é válido ressaltar que a super produtividade não é um problema da atualidade. Pode-se observar que o período da Revolução Industrial influenciou muito na romantização da produtividade excessiva, visto que, durante esse marco histórico, era comum trabalhadores passarem horas nos serviços, como é retratado no filme “Tempos modernos”. Em uma das cenas, o protagonista persegue uma mulher por achar que os botões de sua roupa são parafusos que precisa apertar. Isso demonstra o quanto a produtividade excessiva é prejudicial à saúde, tanto mental quanto física.

Ademais, é notório como e quanto a saúde mental de muitas pessoas é afetada devido a super produtividade. De acordo com a OMS, o Brasil é o país mais ansioso do mundo. Dados apontam que aproximadamente 18 milhões de brasileiros sofrem de ansiedade, o que é um dos sintomas do esgotamento profissional. Dessa forma, é perceptível a forma como muitos estão sendo afetados devido a romantização da produtividade excessiva e suas consequências prejudiciais à sociedade e futuras gerações.

Por fim, cabe à mídia – como grande influenciadora – desconstruir a romantização da produtividade excessiva, por meio de campanhas nos meios de comunicação com intuito de mostrar a sociedade o quanto tal romantização pode ser prejudicial à saúde. Além do mais, também torna-se dever do Governo- como maior instituição de poder- a criação de programas sociais destinados à saúde, por meio de um maior direcionamento de verbas para o Ministério da Saúde. Com a finalidade de preservar o bem-estar da população, principalmente da classe trabalhadora.